

## MODERADOS VENCERAM NA ELEIÇÃO MUNICIPAL

Raymundo Pinto<sup>1</sup>

Concluída a eleição municipal (falta apenas o 2º turno em Macapá), é possível fazer uma pequena análise das tendências observadas. Frise-se, de início, que o pleito, em função da pandemia, sofreu evidentes limitações no que toca às campanhas prévias. Apesar dos muitos abusos cometidos por candidatos, não há dúvida de que a circulação de ideias não repetiu as experiências e facilidades do passado. Ocorreu a novidade dos contatos pelas redes sociais, mas vale registrar que uma quantidade expressiva de eleitores alvos, e em face de sua pobreza, nem sequer tem acesso a celular e a computador. Doutra parte, leve-se em conta que, por sua natureza, o pleito tende a colocar em discussão aspectos e problemas bastante próximos do cotidiano do cidadão, levando para um segundo plano as grandes questões nacionais. Mesmo assim, ousou relacionar, a seguir, os principais recados dados pelos eleitores, visando, em especial, os políticos.

Num claro repúdio a radicalismos, os partidos considerados de esquerda sofreram considerável queda na preferência do eleitorado. Aqueles que nunca ultrapassam a classificação de “nanicos” – em especial os que, desconhecendo a queda do muro de Berlim e o esfacelamento da URSS, teimam em defender comunismo e socialismo – tiveram votações irrisórias. Exemplo marcante foi de um desconhecido chamado Rodrigo Pereira, candidato a prefeito de Salvador pelo PCO, que obteve apenas 0,04% dos votos! Celso Cotrin, do PROS, alcançou 0,13! Mesmo os partidos esquerdistas menos radicais não conseguiram repetir votações anteriores. O maior deles – o PT – sequer elegeu prefeitos nas capitais e em municípios mais populosos. Na Bahia, então, ele sofreu um verdadeiro desastre. Em Porto Alegre, o PCdoB lançou uma candidata a prefeita que havia alcançado notoriedade, por ter concorrido à vice-presidência da República, mas sucumbiu no segundo turno.

Por outro lado, os candidatos que sustentaram a bandeira da extrema-direita, incluídos os partidários e admiradores do presidente Bolsonaro, não tiveram melhor sorte. Caso típico foi o da eleição para prefeito do Rio de Janeiro. O bispo Marcelo Crivella tentou a reeleição e proclamou que tinha irrestrito apoio do Chefe da Nação. Não adiantou. No segundo turno, a derrota para Eduardo Paes foi por larga margem. Vale destacar que o candidato perdedor contou com os votos dos evangélicos. Nesse ponto, é preciso assinalar que essa parcela numerosa de religiosos vinha até então demonstrando uma influência política considerável, a ponto de sua bancada no Congresso Nacional vir sempre aumentando. Um conhecido líder de uma das igrejas da linha neopentecostal chegou a declarar, em livro, que tem pretensão de alcançar a presidência da República. Essa interferência exagerada de religiosos na política não é recomendável num regime democrático. Desde a Constituição de 1891, o baiano Rui Barbosa conseguiu introduzir a regra de separação entre o Estado e a Igreja (qualquer delas). Desconsiderar ou revogar tal princípio – vitorioso há mais de um século, ressalte-se – seria um retrocesso.

---

<sup>1</sup> Desembargador aposentado do TRT, é escritor, membro da Academia de Letras Jurídicas da Bahia e da Academia Feirense de Letras. [racpinto@uol.com.br](mailto:racpinto@uol.com.br)

Longe de mim afirmar que as agremiações que conquistaram o maior número de prefeituras – MDB, PP, PSD, PSDB e DEM (nessa ordem) – estariam repletas de santos e anjos. Não são poucos os parlamentares e políticos em geral, filiados a essas siglas, envolvidos em atos corruptos e até processados pela Lava-jato. Mas também existe muita gente honesta e bem-intencionada no meio deles. O importante é destacar que, embora sejam acusados de formarem o “centrão” (grupo que prefere sempre ser governista), nenhum prega a ditadura, de esquerda ou de direita, ou o predomínio estatal na economia.

Em síntese, as eleições municipais demonstraram que os radicais perderam terreno e que as ideias políticas mais moderadas prevaleceram, o que constitui uma excelente tendência para o fortalecimento da democracia no Brasil.